

Negacionismo e eurocentrismo como desafios ao ensino de história: reflexões críticas a partir do livro *Brasil: A última cruzada* (2022)

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha
Ketlen de Moura Silva Freitas

Resumo

O negacionismo científico consolidou-se como um dos principais desafios contemporâneos às democracias, em estreita conexão com um problema igualmente relevante: o negacionismo histórico. Este artigo examina essa relação, destacando como o caso brasileiro adquire contornos específicos a partir da tradição de silenciamento de sujeitos marginalizados pelas elites herdeiras do colonialismo. Para tanto, analisa-se o livro *Brasil: a última cruzada* (2022), produzido pela empresa Brasil Paralelo, no qual se identificam estratégias discursivas de caráter negacionista. A obra dilui as violências da colonização e da escravidão, desloca responsabilidades históricas e exalta uma suposta harmonia entre raças e elites políticas, em contraste com a crítica desenvolvida pela historiografia acadêmica. Essa retórica combina eurocentrismo e negacionismo, convertendo o passado em fundamento de um projeto político-cultural pautado por ataques à produção científica e ao ensino de História. Conclui-se apontando a urgência de enfrentar esse fenômeno no espaço escolar, por meio de estratégias que articulem o contraste entre negacionismo e historiografia acadêmica, explicitem os métodos da pesquisa histórica e estimulem a autonomia intelectual dos estudantes — condição indispensável para a preservação de uma sociedade democrática e plural.

Palavras-chave: Negacionismo histórico; Eurocentrismo; Ensino de História.

Abstract

Scientific denialism has become one of the major contemporary challenges to democracies, closely intertwined with an equally pressing issue: historical denialism. This article examines that relationship, highlighting how the Brazilian case acquires specific features rooted in the tradition of silencing marginalized groups by elites inheriting colonial legacies. To this end, we analyze the book *Brasil: a última cruzada* (2022), produced by the company Brasil Paralelo, in which discursive strategies of denialism are identified. The narrative downplays the violence of colonization and slavery, displaces historical responsibilities, and exalts an alleged harmony between races and political elites, in contrast to the critique advanced by academic historiography. This rhetorical operation combines Eurocentrism and denialism, converting the past into the foundation of a political-cultural project marked by attacks on scientific production and the teaching of History. The article concludes by stressing the urgency of confronting this phenomenon in the classroom through strategies that contrast denialism and academic historiography, clarify the methods of historical research, and foster students' intellectual autonomy — an indispensable condition for preserving a democratic and plural society.

Keywords: Historical denialism; Eurocentrism; History teaching;

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o negacionismo científico tornou-se tema central de debates acadêmicos e públicos devido aos seus impactos socioeconômicos, políticos e culturais. O que antes parecia restrito a grupos marginais ou a fenômenos de nicho na internet revelou-se uma ameaça concreta, especialmente após a pandemia de Covid-19, quando discursos negacionistas influenciaram políticas públicas e

contribuíram para a perda de inúmeras vidas ao redor do mundo.¹ Mais do que um problema restrito a setores radicais, o negacionismo científico assumiu escala global, mobilizando investigações que buscam compreender suas origens, formas de disseminação e consequências.²

Embora o debate tenha se intensificado recentemente, especialistas das ciências humanas já alertavam há décadas para os riscos da propagação de discursos negacionistas na esfera pública. Diversos estudos apontam que o negacionismo científico tem raízes imbricadas em movimentos revisionistas e negacionistas voltados para a distorção de eventos históricos.³

Neste contexto, este estudo analisa o negacionismo histórico, investigando seus significados conceituais e suas raízes no Norte Atlântico, com especial atenção ao cenário brasileiro contemporâneo. Em seguida, apresenta um panorama sobre outro aspecto da cultura histórica⁴ brasileira que, em nossa perspectiva, mantém estreita relação com o negacionismo: o eurocentrismo.

Para exemplificar essa relação, a terceira parte realiza um estudo de caso sobre a empresa Brasil Paralelo, uma das principais disseminadoras de narrativas revisionistas e negacionistas no Brasil. A análise concentra-se no livro *Brasil: a última cruzada* (2022), produzido após o sucesso da série homônima, que busca oferecer uma versão alternativa da história nacional. O foco recai sobre um ponto ainda pouco explorado na literatura: a conexão, no caso brasileiro, entre negacionismo histórico e eurocentrismo. A partir dessa análise, o artigo conclui discutindo os riscos dessas narrativas e propondo estratégias pedagógicas para enfrentar o negacionismo histórico-científico no ambiente escolar brasileiro.

NEGACIONISMO HISTÓRICO: USOS POLÍTICOS DO PASSADO ENTRE O HOLOCAUSTO E A CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA

¹ Ver, por exemplo, Luiz Artur Ferraretto et al., eds., *Covid-19: Comunicação, Negacionismo e Responsabilidade Social* (Florianópolis: Insular, 2021) e Luiz Belmiro Teixeira & Julio Cesar Gonçalves da Silva, *Bolsonarismo e Necropolítica: Administração da Morte e Gerenciamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil* (Curitiba: Kotter Editorial, 2022).

² André de Macedo Duarte & Maria Rita de Assis César, "Negação da Política e Negacionismo como Política: Pandemia e Democracia," *Educação & Realidade* 45, nº 4 (2021), <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/109146>; Gilberto Grassi Calil, "A Negação da Pandemia: Reflexões sobre a Estratégia Bolsonarista," *Serviço Social & Sociedade*, nº 140 (2021): 30–47, <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>

³ Pinsky, Jaime & Pinsky, Carla Bassanezi. "A História contra-ataca." In: *Novos combates pela história: desafios – ensino*, org. Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky, (São Paulo: Contexto, 2021), 9-21.

⁴ Tal conceito se refere ao conjunto de formas pelas quais uma sociedade se relaciona com seu passado, abrangendo expressões materiais, imateriais, acadêmicas e populares. Inclui-se neste conceito a produção historiográfica, memorialística (individual e coletiva), a cultura escolar, além de manifestações artísticas, políticas, ensaísticas e científicas sobre o passado. Para um estudo detalhado do conceito, consultar: Maria Grever and Robbert-Jan Adriaansen, "Historical Culture: A Concept Revisited," in *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*, ed. Mario Carretero, Stefan Berger, and Maria Grever (London: Palgrave Macmillan, 2017), 73–89.

O negacionismo histórico é um fenômeno que vai além do mero revisionismo científico ou do debate acadêmico. É uma estratégia deliberada de negação de fatos históricos comprovados, apoiada por grupos ideologicamente motivados e projetada para deslegitimar o consenso histórico (geralmente em torno de crimes contra a humanidade). Como ressalta Marcos Napolitano,⁵ o negacionismo não deve ser visto como uma visão válida no campo científico, mas sim como um fenômeno político-cultural que busca manipular a memória coletiva por meio da distorção de evidências e da disseminação organizada de desinformação. Longe de ser uma manifestação de liberdade de pensamento, essa prática está intimamente ligada ao encobrimento da responsabilidade histórica e à legitimação da retórica de grupos extremistas.

O negacionismo histórico, especialmente no que se refere ao Holocausto, emergiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, no Atlântico Norte, como uma reação a uma série de transformações sociais, políticas e ideológicas ocorridas no período.⁶ Nos anos que se sucederam ao término da Segunda Guerra Mundial, particularmente no início da Guerra Fria, emergiram grupos ultraconservadores e revisionistas que propagavam versões distorcidas sobre os eventos do Holocausto. Esses discursos, distantes de qualquer base em pesquisas acadêmicas legítimas, foram motivados por interesses ideológicos com a intenção de relativizar os crimes do regime nazista e minimizar o impacto simbólico dos julgamentos de Nuremberg.⁷

Os primeiros negacionistas do Holocausto recorreram a diversas estratégias para sustentar suas alegações. A mais notória delas foi a desqualificação das evidências documentais, incluindo depoimentos de sobreviventes, fotografias e documentos de tribunais de guerra. Eles argumentavam que esses materiais haviam sido manipulados ou exagerados. Além disso, muitos negacionistas recorreram a argumentos pseudocientíficos para diminuir o número de vítimas do Holocausto, afirmando, por exemplo, que os campos de concentração eram “campos de trabalho” e não locais de extermínio.⁸ Essa manipulação de fatos e dados é uma característica fundamental do negacionismo, que se distingue do revisionismo acadêmico legítimo por seu caráter deliberadamente falso e politicamente motivado.

Outra estratégia frequentemente utilizada pelos negacionistas do Holocausto era a afirmação de que a *Shoah* não passava de uma invenção criada pela propaganda judaica, com o intuito de manipular a

⁵ Napolitano, Marcos. “Negacionismo histórico.” In: *Dicionário dos Negacionismos no Brasil*, vol. 1. orgs. José Szwako & José Ratton (Recife: CEPE, 2022), 216–220.

⁶ Apesar de muitos associarem o negacionismo ao pós-1945, autores destacam que ele já estava presente na intenção nazista de apagar os crimes da “solução final”, como atesta o discurso de Himmler (1943) sobre tornar o Holocausto uma “página não escrita”. Tratava-se, assim, de uma máquina negacionista voltada à “destruição do fato” (NICHANIAN, 2006, p. 9).

⁷ Ver, por exemplo, Donatella Di Cesare, *If Auschwitz Is Nothing: Against Denialism*, trad. David Broder (Cambridge, UK: Polity Press, 2023) e Odilon Caldeira Neto, “Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história,” *Antíteses* 2, no. 4 (2009): 1097–1123. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2009v2n4p1097>

⁸ Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avelar, e Berber Bevernage, “Apresentação – Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa,” *Revista Brasileira de História* 41, no. 87 (maio–agosto 2021): 13–36, <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>

opinião pública e justificar a fundação do Estado de Israel.⁹ Também essas alegações alimentaram teorias da conspiração¹⁰ que visavam não só minimizar o sofrimento das vítimas, mas também propagar ideologias antissemitas. Essa vertente específica do negacionismo histórico manteve apoio em setores conservadores e nacionalistas nas últimas décadas da Guerra Fria, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Com o distanciamento temporal em relação ao Holocausto e a morte de muitos de seus perpetradores dentro e fora da Alemanha, os debates sobre memória, identidade nacional, trauma e culpa coletiva se intensificaram, ampliando as discussões sobre o tema.¹¹

Foi nesse período que surgiram alguns dos principais debates, resistências e reflexões acadêmicas sobre o negacionismo do Holocausto. Destacam-se, por exemplo, as obras dos historiadores franceses Pierre Vidal-Naquet¹² e Henry Rousso,¹³ as discussões no contexto do *Historikerstreit*,¹⁴ na Alemanha, e os estudos da historiadora estadunidense Deborah Lipstadt.¹⁵

Diversos conceitos, reflexões e estratégias de resistência fundamentais para o campo dos estudos sobre o negacionismo do Holocausto e a distorção histórica como um todo emergiram nesse contexto. Além

⁹ Ibid.

¹⁰ Teorias de conspiração oferecem explicações que implicam enredos secretos e intenções poderosas de grupos, geralmente destacando eventos impressionantes e encobertos. Elas costumam ser fundamentadas na ideia de que nada acontece por acaso, tudo está ligado, e as realidades não são como parecem. Os conspiradores são percebidos como altamente organizados, enquanto aqueles que revelam a conspiração são vistos como heróis solitários. Embora sempre tenha havido crenças em complôs, as teorias da conspiração se tornaram mais proeminentes a partir da metade do século XX, estimuladas pelo avanço das tecnologias de informação (SZWAKO; RATTON, 2022, p. 671).

¹¹ Wallace Guilherme Soares de Brito, trad., "Historiografia e Negação do Holocausto: O Caso Lipstadt vs. Irving," *Revista Primordium* 5, no. 10 (2021): 295–314, <https://doi.org/10.14393/REPRIM-v5n10a2020-58373>

¹² Pierre Vidal-Naquet (1930–2006), historiador francês, destacou-se no combate ao negacionismo do Holocausto. Em *Os Assassinos da Memória*, desmontou falsificações históricas e denunciou as motivações ideológicas dos negacionistas, defendendo o rigor da pesquisa e a importância da memória. Além de sua militância intelectual, contribuiu com estudos sobre a Grécia Antiga e posicionou-se politicamente em temas como a tortura na Guerra da Argélia, sempre articulando ética, história e responsabilidade pública.

¹³ Henry Rousso (n. 1954) é um historiador francês conhecido por seus estudos sobre a memória coletiva e o passado traumático da França, especialmente em relação à Segunda Guerra Mundial. Em sua obra *Le Syndrome de Vichy* [A Síndrome de Vichy] (1987), popularizou o termo "negacionismo" para designar a negação deliberada do Holocausto.

¹⁴ O *Historikerstreit* (ou "disputa dos historiadores") foi um intenso debate público na Alemanha Ocidental nos anos 1980 sobre a interpretação do Holocausto e do passado nazista. Envolveu figuras como Ernst Nolte e Jürgen Habermas, discutindo a singularidade dos crimes nazistas e sua comparação com os do stalinismo. O debate teve grande impacto na historiografia e na memória coletiva alemã daquele período.

¹⁵ Deborah Lipstadt (n. 1947) é uma historiadora estadunidense que se tornou referência nos estudos sobre o negacionismo do Holocausto. Ganhou notoriedade ao vencer o processo movido por David Irving, negacionista britânico, reafirmando judicialmente o valor da verdade histórica. Em *Denying the Holocaust* [Negando o Holocausto] (1993), ela analisa as estratégias e motivações do negacionismo, relacionando-o ao antissemitismo contemporâneo.

disso, a historiografia profissional passou a reconhecer que o negacionismo não era apenas uma controvérsia acadêmica, mas um fenômeno cultural e sociopolítico mais amplo. A produção acadêmica na área não apenas intensificou a documentação das atrocidades cometidas, mas também passou a se empenhar em combater as distorções históricas promovidas pelos negacionistas no debate público em diversos países.¹⁶

No Brasil, o negacionismo histórico se tornou especialmente expressivo a partir das últimas décadas do século XX, refletindo tensões políticas e sociais intensificadas no período. No entanto, uma série de especialistas possuem o consenso em afirmar que, embora os usos do conceito de negacionismo sejam mais recentes, as origens do fenômeno são mais profundas e se relacionam à forma como a memória nacional tem sido construída desde o século XIX.¹⁷

A formação da historiografia profissional brasileira no século XIX, particularmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),¹⁸ articulou-se à elaboração de um projeto de nação que, como veremos, privilegiava uma narrativa eurocêntrica, apagando sistematicamente as contribuições e presenças negras e indígenas. Como destaca Guimarães¹⁹ em artigo clássico, essa historiografia atuou como um instrumento de legitimação simbólica da elite imperial, comprometida com a negação da diversidade e com a afirmação da ideia de civilização atrelada à branquitude e à herança europeia.

Temístocles César²⁰ reforça esse argumento ao indicar que, já no século XIX, havia condições propícias à constituição de uma cultura histórica marcada pela negação das diferenças e dos conflitos sociais fundadores da sociedade brasileira. Segundo o autor, a exclusão de negros e indígenas do relato nacional não era apenas uma omissão, mas parte de um esforço consciente de construção de uma história

¹⁶ Em muitos lugares houve a emergência de debates sobre a possibilidade de se efetivarem medidas judiciais de combate ao negacionismo, com resultados nem sempre efetivos, que, além disso, têm gerado uma série de controvérsias político-ideológicas. Sobre este tema em específico, ver: Emanuela Fronza, *Memory and Punishment: Historical Denialism, Free Speech and the Limits of Criminal Law* (The Hague: T.M.C. Asser Press, 2018).

¹⁷ Ver, por exemplo, Eduardo Henrique Leite Barboza & Silvana Fernandes Mariz, “No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará,” *Revista Brasileira de História* 41, no. 87 (2021): 111–34. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-07>. Embora trate do caso cearense, o artigo aborda as raízes de algumas estratégias negacionistas que, como veremos, podem facilmente ser identificadas na cultura histórica brasileira como um todo.

¹⁸ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, é uma das mais antigas instituições culturais do país. Preserva e divulga documentos, mapas e obras raras, sendo referência para o início do processo de profissionalização das ciências humanas no Brasil.

¹⁹ Manoel Luis Lima Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional,” *Estudos Históricos* 1, no. 1 (1988): 5–27.

²⁰ Temístocles Cezar, *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen* (Belo Horizonte: Autêntica, 2018).

“sem rasuras”²¹ — isto é, livre das tensões, violências e contradições que marcaram o período pós-independência.

Em boa parte do período republicano, mas em especial durante a Ditadura Militar (1964–1985), essa lógica negacionista foi recuperada e institucionalizada de maneira bastante incisiva pelo Estado. O regime implementou uma série de estratégias para controlar a memória coletiva, ocultando tanto os crimes cometidos pelos órgãos de repressão quanto as continuidades da exclusão racial. A censura, a manipulação de arquivos e a eliminação do quesito cor/raça no Censo de 1970 são exemplos de políticas deliberadas de apagamento. Nesse contexto, Abdias do Nascimento²² foi pioneiro em denunciar que tais práticas reforçavam a falsa imagem de uma nação homogênea e a apontar como elas atuavam como parte de um projeto de genocídio da população negra, ao silenciar suas vozes e invisibilizar suas lutas.

É apenas a partir dos anos 1980, ainda sob a vigência dos últimos anos do regime militar, que emergem reações mais contundentes por parte de setores acadêmicos, eclesiásticos e da sociedade civil organizada, com o objetivo de contestar as falácias e o negacionismo promovidos pela Ditadura. A publicação da obra *Brasil: Nunca Mais*²³ representa um marco nesse processo, ao reunir e divulgar provas documentais de torturas e violações sistemáticas de direitos humanos cometidas pelos órgãos de repressão do Estado. Paralelamente, intensificam-se as pesquisas historiográficas voltadas para o desmonte das mitologias autoritárias que sustentaram a cultura política brasileira durante e após o regime, desnaturalizando a suposta “ordem” e “modernização” atribuídas aos militares. No entanto, o discurso negacionista não desapareceu durante o processo de redemocratização: ele se reconfigurou, sustentado por estratégias de desinformação que incluíram desde ações terroristas²⁴ até a produção e difusão de textos conspiratórios, como o dossiê Orvil, manual anticomunista elaborado por militares, cujo título inverte a palavra “livro”.

Com o fim da Ditadura e o início da Nova República, esse tipo de discurso encontrou novas formas de circulação e capilaridade. Como observa João César de Castro Rocha,²⁵ textos como o Orvil serviram de

²¹ Ibid., 21.

²² Abdias Nascimento, *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).

²³ *Brasil: Nunca Mais* (1985) é um relatório histórico que documenta casos de tortura e violações de direitos humanos ocorridos durante a Ditadura Militar brasileira (1964–1985). Resultado de trabalho sigiloso de religiosos, advogados e pesquisadores, tornou-se um marco internacional na denúncia de abusos e na defesa da memória e da justiça.

²⁴ Por exemplo, no chamado “Caso Riocentro” (1981) setores militares plantaram bombas em um show de massa do Dia do Trabalhador, pretendendo atribuir o atentado à esquerda e atrasar a abertura democrática. Episódios de terrorismo de Estado como esse foram mais tarde silenciados ou reinterpretados nos discursos oficiais do processo de redemocratização, evidenciando a continuidade de narrativas negacionistas em relação aos crimes do regime (FARIAS, 2021).

²⁵ João Cezar de Castro Rocha, *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político* (Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021).

matriz ideológica para autores que, nas décadas seguintes, adaptaram os argumentos militares a linguagens mais acessíveis e midiáticas, especialmente a partir da virada digital dos anos 2000. É nesse contexto que figuras como Olavo de Carvalho²⁶ passaram a desempenhar um papel central na difusão de versões distorcidas da história recente do Brasil, articulando negacionismo histórico, revisionismo ideológico e teorias da conspiração. A apropriação desses discursos pelas redes sociais e por segmentos políticos conservadores evidencia a permanência — e até o fortalecimento — de uma cultura negacionista no país, agora impulsionada por tecnologias de comunicação e desinformação em escala global.

Dessa forma, embora compartilhe traços estruturais com o negacionismo do Holocausto — especialmente no que diz respeito à manipulação da memória coletiva, à recusa de evidências documentais, ao ataque à historiografia e ao uso político do passado —, o negacionismo histórico brasileiro apresenta especificidades que só podem ser compreendidas à luz da trajetória da historiografia nacional e da cultura histórica local. Como vimos, essa trajetória esteve desde o século XIX atravessada por práticas sistemáticas de exclusão de sujeitos racializados e por discursos autoritários frequentemente amparados pelo próprio Estado, como nos casos paradigmáticos da Ditadura Militar e do recente governo Bolsonaro.²⁷ A compreensão da historicidade desse fenômeno, com suas particularidades, é essencial para enfrentá-lo de maneira crítica e eficaz no século XXI. É com esse objetivo que o próximo subtópico se dedica a examinar uma dimensão ainda pouco explorada nos estudos sobre o negacionismo histórico no Brasil: sua articulação com a persistência de um eurocentrismo historiográfico estrutural, que continua a informar e limitar grande parte da cultura histórica brasileira.

EUROCENTRISMO E NEGACIONISMO: SILENCIAMENTOS ESTRUTURAIS NA CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA

O eurocentrismo constitui-se como uma perspectiva historiográfica que estabelece a Europa como centro referencial e parâmetro universal de desenvolvimento humano, cultural e civilizacional. Embora não se possa apontar um marco preciso para o surgimento do termo nos debates públicos internacionais, sua formulação crítica está profundamente associada a movimentos políticos de contestação ao colonialismo e

²⁶ Olavo de Carvalho (1947–2022) foi um escritor e polemista brasileiro que se destacou por difundir ideias reacionárias, anticomunistas e teorias conspiratórias, especialmente via internet desde os anos 2000. Viveu nos EUA, onde ministrava cursos e publicava artigos. Segundo João César de Castro Rocha, Olavo de Carvalho adaptou diversos argumentos negacionistas presentes no *Orvil*, para uma linguagem acessível, influenciando setores da extrema direita brasileira durante a Nova República.

²⁷ Ver, por exemplo: Tatyana de Amaral Maia, “Negacionismo Histórico e Emergência da Extrema Direita: A Crise do Regime Moderno de Historicidade no Brasil (2019–2022),” *Varia História* 39, nº 81 (set./dez. 2023): e23312, DOI: 10.1590/0104-87752023000300012; Ana Carolina Zimmermann, “O Revisionismo Histórico nas Comemorações do Golpe Civil-Militar de 1964 Durante o Governo Bolsonaro (2019–2022): Heranças Autoritárias e Encerramento do Passado,” *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 16, nº 41 (2023): 1–27, DOI: 10.15848/hh.v16i41.2003.

a correntes intelectuais surgidas ao longo do século XX, como o marxismo, a teoria da dependência, o pós-colonialismo e os estudos decoloniais.²⁸

Segundo Macedo,²⁹ o eurocentrismo constitui uma forma de universalismo excludente, que apresenta o modelo ocidental como a única via legítima para responder aos desafios da modernidade. No campo da historiografia, diferentes correntes críticas – como o pós-colonialismo (Said;³⁰ Chakrabarty;³¹ Seth³²), o decolonialismo (Quijano;³³ Dussel³⁴) e o pensamento tricontinental (Young³⁵) – têm demonstrado que o eurocentrismo não é apenas um viés interpretativo entre outros, mas uma expressão de relações estruturais de dominação que moldam o próprio campo do saber histórico e os marcos narrativos globais.³⁶

Essa crítica, no entanto, precisa ser aprofundada no caso brasileiro, especialmente quando articulada à discussão sobre o negacionismo histórico. A persistência de uma cultura histórica eurocêntrica no Brasil está ligada ao modo como as elites locais, desde o período colonial e imperial, aderiram – voluntária ou compulsoriamente – ao ideal de modernidade europeu, assumindo como legítimos os padrões culturais e civilizatórios impostos pela metrópole. Como apontam Lubke, Bernardo e Bourges,³⁷ tal adesão implicava a negação da existência e da legitimidade de sujeitos não europeus, ao mesmo tempo em que demandava dos setores dominantes uma “europeização” contínua para a manutenção de privilégios econômicos e políticos, como o tráfico negreiro e a exploração do trabalho escravizado.³⁸ Essa lógica, assentada na

²⁸ Ver, por exemplo, o trabalho clássico de Samir Amin, *Eurocentrism*, 2nd ed. (New York: Monthly Review Press, 2010). Para uma abordagem mais ampla sobre o conceito e suas raízes, ver, por exemplo, Michael J. Wintle, *Eurocentrism: History, Identity, White Man's Burden* (Abingdon, Oxon: Routledge, Taylor & Francis, 2021).

²⁹ A. L. N. Macedo, “A história do eurocentrismo na história intelectual,” *Revista de Teoria da História* 23, no. 1 (2020): 257–81. <https://doi.org/10.5216/rth.v23i1.61801>

³⁰ Said, Edward W. *Orientalism* (New York: Vintage, 1979).

³¹ Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, revised ed. (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007).

³² Sanjay Seth, “Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva?,” *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 6, no. 11 (2013): 173–89.

³³ Aníbal Quijano, *Ensayos en torno a la colonialidad del poder* (Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019).

³⁴ Enrique Dussel, *1492 - El encubrimiento del otro: Hacia el origen del “mito de la modernidad”* (Barcelona: Ariel, 2021).

³⁵ Robert J. C. Young, *Pós-colonialismo: uma breve introdução* (São Paulo: Dialética, 2022).

³⁶ Ver, por exemplo: Santiago Castro-Gómez, *Pós-colonialidade explicada às crianças*, trad. Rafael Leopoldo (São Paulo: Editora Letramento, 2021).

³⁷ M. Y. S. Lubke, L. F. Bernardo, & F. S. Bourges, “A (in)dependência do Brasil a partir da visão eurocêntrica de modernidade e colonialidade: o legado do colonialismo interno,” *Revista Videre* 13, no. 26 (2021): 220–39. <https://doi.org/10.30612/videre.v13i26.13002>

³⁸ D. João VI instituiu uma nova nobreza no Rio de Janeiro — o chamado “Versalhes tropical” (Schultz, 2008) — concedendo títulos em troca de recursos, reforçando comportamentos e valores lusitanos em detrimento de tradições locais. Esse mecanismo assegurou que, mesmo após a independência, a elite continuasse ligada à hierarquia colonial interna; descendentes de indígenas e africanos permaneceram excluídos do poder político e cultural. Assim, a elite reproduziu a lógica original do colonialismo (Lubke et al., 2021).

valorização do modelo europeu em detrimento das experiências locais, impactou profundamente a constituição da identidade nacional e se refletiu diretamente na formação da historiografia brasileira, como exemplifica o caso do IHGB. Como visto, o IHGB foi criado com o objetivo de fundar uma narrativa nacional coesa, operando dentro dos marcos de uma racionalidade eurocêntrica que silenciava outras vozes históricas e legitimava uma memória nacional branca, letrada e colonial, baseada na continuidade das tradições europeias.³⁹

O eurocentrismo, portanto, não apenas moldou os marcos fundacionais da historiografia brasileira oitocentista, como também continuou a operar como pano de fundo ideológico na construção da memória histórica nacional ao longo do século XX, inclusive no processo de profissionalização das ciências humanas.⁴⁰ Em meio à busca por uma identidade nacional que conciliasse os traços de uma modernidade ocidental com as particularidades da formação social brasileira, o mito da democracia racial desempenhou um papel central nesse processo. Apesar de sua complexidade, autores como Gilberto Freyre⁴¹ contribuíram para a consolidação de uma narrativa que enfatizava o “equilíbrio de antagonismos” e a suposta harmonia entre brancos, negros e indígenas, suavizando os traços de violência colonial e apagando as hierarquias raciais herdadas do escravismo.⁴² Do mesmo modo, a oposição formulada por Sérgio Buarque de Holanda⁴³ entre o “homem cordial” e o modelo anglo-saxão de uma razão impessoal operava dentro de um esquema ainda preso a essa matriz eurocêntrica, que continuava a fornecer os principais critérios de análise e valoração de elementos de nosso passado.⁴⁴ Além disso, o predomínio de paradigmas europeus na formação acadêmica, como exemplificado pela chamada “missão francesa” nas universidades brasileiras durante as décadas de 1930 e 1940, consolidou a dependência estrutural em relação à tradição intelectual do Velho Mundo.⁴⁵

³⁹ Ver, por exemplo, Rodrigo Turin, *Tessituras do tempo: Discurso Etnográfico e Historicidade no Brasil Oitocentista* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013).

⁴⁰ Para uma análise de como esse discurso negacionista esteve até muito pouco tempo presente no olhar de nomes importantes da historiografia brasileira, verificar o artigo de Juliana Teixeira Souza, “Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica: as decorrências políticas e éticas da historiografia escrita e ensinada,” *Fronteiras - Revista Catarinense de História* 41 (jan. 2023): 69-96.

⁴¹ Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*, 51ª ed. (São Paulo: Global Editora, 2006).

⁴² Petrônio Domingues, “O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889–1930),” *Diálogos Latinoamericanos*, no. 10 (2005): Aarhus: Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas e J. Souza, “Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira,” *Estudos Afro-asiáticos*, no. 38 (2000): 135–55.

⁴³ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 27ª ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2015).

⁴⁴ Jessé Souza, “Cordial e colonizado até o osso,” in *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*, cap. 3 (São Paulo: LeYa, 2015), 39–50.

⁴⁵ D. J. F. Freire, “A missão francesa na História (USP): relato inaugural e monumentalização (1949–1971),” *Estudos Avançados* 38, no. 110 (2024): 283–304. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2024.38110.019> e Marieta de Moraes Ferreira, “Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30,” in *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*, eds. Marco Chor Maio and Glaucia Villas Bôas (Porto Alegre, RS: Editora Universidade/UFRGS, 1999), 277–99.

Como observa Munanga,⁴⁶ essa tendência de pensamento e de organização político-institucional levou parte considerável das elites brasileiras a exaltar a mestiçagem e as possibilidades de ascensão social do “mestiço” como prova de um multiculturalismo supostamente isento de discriminações. Na prática, no entanto, tal retórica operou como instrumento de apagamento, ocultando as continuidades das hierarquias raciais e epistêmicas herdadas do colonialismo e reforçando a centralidade de um saber eurocentrado na produção do conhecimento histórico.

Essa hegemonia eurocêntrica também encontrou expressão direta nas práticas educacionais de nosso país, particularmente naquelas voltadas às elites sociais e raciais. Desde o século XIX, o sistema educacional brasileiro foi estruturado para reproduzir os valores e os referenciais culturais da civilização europeia, afastando-se deliberadamente das experiências e dos saberes das populações afrodescendentes e indígenas. Como destaca Martins,⁴⁷ o currículo de História adotado no ensino secundário – voltado a uma “pequena e seleta parcela” da população – baseava-se em uma concepção eurocêntrica que promovia a identificação simbólica da elite nacional com o legado greco-romano, cristão e liberal europeu. Essa matriz formativa consolidou uma “alta tradição cultural” que excluía sistematicamente outros referenciais de humanidade e historicidade. Nos currículos escolares tradicionais, esse padrão se manifestava na exclusão consciente de conteúdos relativos às culturas africanas e indígenas, contribuindo para a perpetuação de uma memória histórica monocultural.

Melo e Ribeiro⁴⁸ observam que essa lógica curricular privilegiava narrativas europeias e silenciava os conhecimentos e identidades de grupos sociais subalternizados. Mesmo nos livros didáticos amplamente utilizados até tempos recentes, predominava uma visão da história nacional como mera extensão da modernidade europeia, na qual episódios como a escravidão, a resistência negra, os quilombos ou as lutas indígenas eram marginalizados ou transformados em notas de rodapé do passado colonial. Essa abordagem contribuiu para a negação sistemática das contribuições dos povos indígenas e africanos, vistos como inferiores, ao passo que suas experiências eram deslegitimadas por critérios racializados de pertencimento e valor. Como consequência, a educação histórica no Brasil acabou por consolidar uma tradição fortemente

⁴⁶ Kabengele Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (Petrópolis: Vozes, 1999).

⁴⁷ Marcel Alves Martins, *O eurocentrismo nos programas curriculares de história do estado de São Paulo: 1942–2008* (Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012), 67.

⁴⁸ Alessandro de Melo & Débora Ribeiro, “Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial,” *Revista e-Curriculum* 17, no. 4 (2019): 1781–1807.

vinculada a uma história branca e eurocêntrica, como evidência da Silva Júnior,⁴⁹ ao analisar os currículos escolares ainda marcados por essa perspectiva excludente.⁵⁰

Diante desse cenário, não surpreende que o apelo a uma suposta continuidade orgânica entre a experiência histórica europeia e a trajetória brasileira tenha se tornado um dos principais recursos retóricos mobilizados pelo negacionismo histórico local nas últimas décadas. Como demonstrado, a longa tradição eurocêntrica na historiografia e no ensino brasileiro não apenas naturalizou hierarquias coloniais, mas também forneceu os alicerces para discursos que, hoje, se apresentam como “revisionistas” ou “contra-hegemônicos”, ainda que reproduzam os mesmos cânones que pretendem desafiar. Ironia notável: grupos negacionistas, como a produtora Brasil Paralelo, apropriam-se do imaginário de ruptura com o “*establishment*” acadêmico enquanto reiteram visões ultrapassadas da história nacional – como no livro (2022) e no documentário *Brasil: A Última Cruzada* (2017), que reinterpretem o passado colonial através de uma lente eurocêntrica e apologética. Tal estratégia evidencia que, como alertam Macedo,⁵¹ Melo e Ribeiro,⁵² a pretensão de neutralidade histórica mascara projetos de poder: ao silenciar trajetórias marginalizadas, o negacionismo não apenas distorce fatos, mas reativa a colonialidade do saber.⁵³ Assim, confrontá-lo exige mais que desmontar falsificações pontuais; demanda desarticular a estrutura epistêmica que as sustenta – tarefa para a qual a crítica historiográfica se mostra indispensável, como veremos no estudo de caso que segue.

NEGACIONISMO E EUROCENTRISMO: A BRASIL PARALELO E A CONSTRUÇÃO DE *BRASIL: A ÚLTIMA CRUZADA*

Fundada em 2016, a Brasil Paralelo (BP) se apresenta como uma empresa privada de jornalismo independente, mas consolidou-se no cenário cultural e político brasileiro como uma produtora de conteúdos audiovisuais de viés conservador e alinhamento ao cristianismo. Seu catálogo inclui desde desenhos animados até documentários, com destaque para séries de grande alcance que reivindicam oferecer uma

⁴⁹ Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, “BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo,” *EccoS – Revista Científica* 41 (dezembro 2016): 95, <https://doi.org/10.5585/eccos.n41.6776>.

⁵⁰ Apesar da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, persiste um descompasso entre a legislação e sua implementação nas escolas. Viana (2020) aponta que narrativas negras tensionam o olhar eurocêntrico, mas da Silva Júnior (2017, p. 95) observa que esses temas ainda ocupam lugar secundário nos cursos de licenciatura em História. Isso evidencia como o eurocentrismo estrutural compromete a efetividade das políticas educacionais voltadas à pluralidade histórica.

⁵¹ A. L. N. Macedo, 257–81.

⁵² Alessandro de Melo & Débora Ribeiro, “Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial,” *Revista e-Curriculum* 17, nº 4 (2019): 1781–1807.

⁵³ Edgardo Lander, org., *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005).

“versão alternativa” da história nacional. Mais do que simples entretenimento, a atuação da BP insere-se em um projeto cultural mais amplo, que busca disputar narrativas históricas e identitárias no espaço público.⁵⁴

Desde sua origem, a empresa assumiu a missão de questionar instituições acadêmicas e movimentos sociais, apresentando-os como instrumentos de manipulação ideológica. Como apontam Picoli, Chitolina e Guimarães,⁵⁵ um dos alvos privilegiados desse discurso são os “jovens”, frequentemente retratados pela produtora como “massa de manobra” enganada pela mídia e por causas políticas que não lhes pertenceriam. Ao propor-se como detentora de uma “verdadeira cultura” a ser resgatada, a BP opera a deslegitimação de práticas críticas e emancipatórias, mobilizando um discurso que é uma clara expressão do tipo de negacionismo histórico e científico praticado contemporaneamente no Brasil.⁵⁶

As inspirações ideológicas de seus fundadores reforçam esse posicionamento. Entre as principais referências, destacam-se o Instituto Mises Brasil, de orientação ultraliberal, e os ensinamentos do escritor e polemista Olavo de Carvalho, cuja influência marcou profundamente a trajetória da nova direita brasileira. Em entrevista, Henrique Leopoldo Damasceno Viana, um dos fundadores e atual diretor executivo da empresa, reconheceu que o Curso Online de Filosofia (COF), ministrado por Olavo no YouTube, foi decisivo na concepção do projeto.⁵⁷ Inspirada nesse ideário, a BP utiliza a linguagem audiovisual para recontar e ressignificar a história do Brasil, construindo narrativas históricas que, embora se apresentem como “alternativas” ou “independentes”, reproduzem padrões eurocêntricos e negacionistas que, como visto, foram ao longo de décadas consolidados em outros momentos da cultura histórica nacional.

Entre as diferentes iniciativas da BP, poucas tiveram tanto impacto quanto a série *Brasil: A Última Cruzada* (2017), transformada posteriormente em livro. Essa produção ocupa lugar central no projeto cultural da empresa porque busca oferecer ao público uma narrativa abrangente da história nacional, conectando episódios da Idade Média europeia à formação do Brasil contemporâneo.

⁵⁴ Bruna Andrade Picoli, Vinícius Chitolina, & Ricardo Guimarães, “Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da ‘Brasil Paralelo,’” *Revista UFG* 20, no. 26 (2020). <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.64896>, 10.

⁵⁵ Ibid., 18.

⁵⁶ Um exemplo expressivo desse tipo de prática é a série *Investigação Paralela*, produzida pela Brasil Paralelo, que revisita o caso de Maria da Penha, farmacêutica vítima de violência doméstica cuja trajetória deu origem à Lei nº 11.340/2006. A narrativa proposta pela produtora busca apresentar um “outro lado da história”, questionando a veracidade dos fatos e relativizando a responsabilidade do ex-marido, Marco Antônio Heredia Viveros, condenado pela agressão que a deixou paraplégica. Ao defender a possibilidade de sua inocência, a série mobiliza uma estratégia típica do negacionismo: transformar evidências comprovadas em objeto de dúvida e reconfigurar crimes documentados como controvérsias interpretativas, enfraquecendo conquistas sociais decorrentes de lutas históricas contra a violência de gênero.

⁵⁷ Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos. *Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021), 67.

Dividida em seis episódios, a série reivindica reconstruir uma linha de continuidade entre as Cruzadas medievais e a Era Vargas, propondo-se a elaborar uma narrativa totalizante da nação. Como observam Moraes e Cleto,⁵⁸ a tarefa assumida pela produtora é a de inscrever a história do Brasil em um projeto de “reforma cultural”, no qual o passado europeu-cristão é apresentado como matriz legítima e destino teleológico da sociedade brasileira.

A base ideológica da série é fortemente influenciada pelo pensamento de Olavo de Carvalho, que fornece o enquadramento atualista⁵⁹ e essencialista da narrativa. Essa perspectiva projeta valores conservadores contemporâneos sobre personagens e eventos históricos, convertendo-os em modelos de comportamento a serem imitados no presente, bem ao estilo do tipo exemplar (*magistra vitae*) de ordenamento narrativo descrito por Rüsen.⁶⁰ Trata-se de uma filosofia da história que articula um cronótopo historicista, mas fortemente marcado por um acento cristão.⁶¹ A colonização do Brasil, por exemplo, é apresentada como parte de uma missão civilizatória providencial, destinada a universalizar a ética cristã.⁶²

A crítica de Charrone⁶³ reforça esse diagnóstico ao destacar que a série mobiliza um negacionismo profundamente eurocêntrico. O Brasil é narrado como herdeiro de uma civilização branca, cristã e patriarcal, enquanto experiências de sujeitos indígenas e negros são marginalizadas ou transformadas em “páginas viradas” da história. A escravidão, nesse sentido, é relativizada como fenômeno dissociado da questão racial, em uma operação discursiva que minimiza seus impactos e apaga as lutas por reparação. Nesse ponto, o negacionismo e o eurocentrismo convergem para legitimar um projeto de futuro ultraconservador, em que o cristianismo, a família patriarcal e a hierarquia racial ocupam posições centrais.⁶⁴

Diante da recepção expressiva da série — que ultrapassou quinze milhões de visualizações no YouTube —, a Brasil Paralelo decidiu ampliar seu alcance com a publicação do livro *Brasil: A Última Cruzada*, lançado em setembro de 2022 pela LVM Editora. Apresentada como desdobramento direto do documentário, a obra reafirma os mesmos pressupostos teóricos e narrativos, ao propor “resgatar as

⁵⁸ Everton de Oliveira Moraes e Murilo Prado Cleto, “A Última Cruzada: Tempo e Historicidade na Série da Produtora Brasil Paralelo,” *Revista Tempo e Argumento* 15, nº 38 (2023): e0108, DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180315382023e0108>

⁵⁹ A lógica atualista de se interpretar o tempo é aquela que compreende o presente como espaço central de experiência, no qual passado e futuro se articulam em função da atualização constante. Diferentemente da teleologia do progresso ou do presentismo fechado, o atualismo enfatiza um presente aberto, marcado pela aceleração, obsolescência e busca incessante de atualização. Ver: Mateus Henrique de Faria Pereira & Valdei Lopes de Araujo, *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*, 2ª ed. (Vitória: Editora Milfontes; Mariana: Editora da SBTHH, 2019).

⁶⁰ Jörn Rüsen, *Teoria da História: Uma Teoria da História como Ciência*, trad. Estevão C. de Rezende Martins (Curitiba: Editora UFPR, 2015), 208.

⁶¹ Moraes e Cleto, 9–10.

⁶² Ibid., 13.

⁶³ João Paulo Charrone, “Presente, passado e futuro: o projeto de nação brasileira entre a ‘cruz e a espada’ da Brasil Paralelo,” *Dossiê História Ensinada, História Pesquisada* 43 (2024), <https://doi.org/10.1590/1980-4369e20240024>.

⁶⁴ Ibid., 14–15.

origens” da nação e enaltecer a coragem de seus fundadores. No entanto, a versão impressa oferece uma oportunidade singular de análise: ao cristalizar em linguagem escrita os elementos centrais da filosofia histórica da produtora, ela permite observar com maior nitidez os métodos, o estilo narrativo e as técnicas discursivas que sustentam o negacionismo histórico e o eurocentrismo mobilizados pela empresa — aspectos que, no formato audiovisual, aparecem de modo mais difuso. É, portanto, nessa versão impressa que concentraremos nossa análise a seguir.

CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA, CULTURA E CIVILIZAÇÃO NO LIVRO *BRASIL: A ÚLTIMA CRUZADA*

O livro *Brasil: A Última Cruzada* (2022) foi lançado no contexto das comemorações do bicentenário da Independência e foi apresentado como uma tentativa de “resgatar as origens” da nação. A escolha da data não é fortuita: para seus organizadores, tratava-se de reafirmar uma narrativa alternativa da história brasileira em um momento considerado simbólico para a identidade nacional.⁶⁵ Estruturada em cinco capítulos, a obra percorre um arco temporal que se inicia na Baixa Idade Média e se estende até a Proclamação da República, em 1889. Embora derive diretamente da série documental homônima, a versão impressa não explicita os responsáveis pela redação dos capítulos, sendo apresentada como fruto de um esforço coletivo da empresa.⁶⁶ A capa, que traz a estátua de D. Pedro I em primeiro plano com a cruz de malta ao fundo, reforça visualmente a intenção de inscrever a história do Brasil em uma tradição monárquica e cristã de matriz europeia.

Digno de nota é a metodologia mobilizada pela obra — ou, mais precisamente, a ausência de um procedimento metodológico explícito. Em nenhum momento há uma explicação sobre os critérios de pesquisa adotados, tampouco sobre a seleção e o tratamento das fontes históricas. O aparato bibliográfico é extremamente limitado: apenas dois capítulos (o segundo e o quinto) apresentam bibliografia, somando vinte e três referências em um livro que se propõe a narrar mais de mil anos de história nacional e europeia. No caso das citações diretas, o problema é ainda mais evidente: muitas aparecem sem qualquer indicação

⁶⁵ Esse tipo de uso político do evento da independência do Brasil por grupos conservadores não é uma novidade, estando presente em diversas efemérides de 1822, seja no século XIX ou mais recentemente no governo Bolsonaro. Para uma introdução ao tema, ver: Carlos Lima Junior, Lília Moritz Schwarcz & Lúcia Klück Stumpf, *O sequestro da Independência: Uma história da construção do mito do Sete de Setembro* (São Paulo: Companhia das Letras, 2022). Sobre os usos políticos da independência pela BP ver o trabalho de Fernando Nicolazzi, “Brasil Paralelo: Restaurando a Pátria, Resgatando a História. A Independência entre Memórias Públicas e Usos do Passado,” in *Independência: Memória e Historiografia*, orgs. Têlio Anísio Cravo e Wilma Peres Costa (São Paulo: Edições Sesc, 2023): 73-93.

⁶⁶ A autoria do livro apresenta ambiguidades. A ficha técnica indica Magno Paganelli, doutor em História Social pela USP, como responsável pela redação final, sendo que o próprio autor declara em seu currículo Lattes atuar como *ghost writer* em diversos projetos editoriais. No entanto, a mesma ficha atribui à equipe da Brasil Paralelo a pesquisa histórica que fundamentou o texto. Embora Paganelli aponte a autoria individual do livro em seu Lattes, a ficha catalográfica credita a obra à Brasil Paralelo, evidenciando seu caráter institucional e coletivo, mediado, contudo, por uma redação profissionalizada.

da obra ou do ano de publicação, e, sobretudo, sem referência ao número da página consultada. Essa prática compromete a rastreabilidade das fontes e inviabiliza ao leitor conferir a fidelidade das citações ou reconstruir o percurso metodológico que teria orientado os autores.

Diante dessa flagrante fragilidade metodológica, a estratégia mais recorrente consiste em atribuir autoridade a “especialistas” que surgem no texto como vozes legitimadoras, responsáveis por reforçar interpretações e emitir juízos morais sobre personagens e eventos históricos.⁶⁷ Entre eles destacam-se o filósofo e jurista Rafael Nogueira,⁶⁸ o historiador Thomas Giulliano⁶⁹ e, sobretudo, Olavo de Carvalho, cuja presença é constante e estruturante: aparece como uma espécie de instância onisciente, capaz de sintetizar os argumentos centrais e de formular os veredictos morais que conferem sentido último à narrativa. A recorrência dessas vozes, em especial a olavista, substitui o trabalho analítico de pesquisa por um recurso retórico de autoridade, transformando a interpretação histórica em uma sucessão de enunciados normativos amparados por figuras de prestígio no campo ideológico da nova direita.⁷⁰

O prefácio, assinado por Luiz Philippe de Orleans e Bragança — herdeiro da família imperial, deputado federal e figura pública identificada com pautas da nova direita — segue na esteira desse tipo de técnica narrativa e cumpre um papel decisivo na moldura interpretativa da obra. Nele, o autor denuncia que “a história do Brasil tem sido feita por quem não gosta da própria história brasileira ou, ao menos, como ela de fato ocorreu”.⁷¹ Tal formulação inscreve-se em uma retórica que busca opor “mentiras” e “falácias”

⁶⁷ Trata-se de um modo de lidar com o passado no qual é a mobilização dos afetos dos espectadores que molda o tipo de narrativa – épica, moralista e maniqueísta – sobre a história do Brasil. A história é apresentada como recurso terapêutico e de conforto moral, legitimando crenças políticas atuais. Ver: Fernando Nicolazzi, “Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo”, *Passés futurs*, v. 13, 2023.

⁶⁸ Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva, o “especialista” mais citado no livro, é apresentado como historiador, embora não possua formação na área. Graduado em Filosofia e Direito, com pós-graduação em Direito e doutorado em andamento em Ciência Política, Nogueira não tem trajetória acadêmica em História. Em seu currículo Lattes, declara ser professor do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro, instituição que, em 2022, firmou parceria com a Brasil Paralelo para oferecer um curso de história. O curso foi alvo de críticas por disseminar desinformação, e, em 2023, a referência à produtora desapareceu do site da instituição

⁶⁹ Thomas Giulliano Ferreira dos Santos é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pós-graduado em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela UNINTER. É o autor com formação histórica mais citado na obra, sendo possivelmente o único que mais se aproxima da condição de especialista no tema abordado. Em seu currículo Lattes, destaca-se como escritor de dois livros voltados à crítica da pedagogia freireana, nos quais afirma buscar a “desconstrução” das ideias de Paulo Freire.

⁷⁰ O recurso a “especialistas” no livro pode ser quantificado: Rafael Nogueira é citado 73 vezes, Thomas Giulliano 34 vezes e Olavo de Carvalho 11 vezes. Também figuram Luiz Philippe de Orleans e Bragança (12), Bruno Garschagen (11), Percival Puggina (7), Flávio Alencar (6), Bolívar Lamounier (5), Luiz Felipe D’Ávila (3) e Aristóteles Drummond (3). Em comum, todos são homens e apenas dois possuem formação específica em história (Giulliano e Alencar). A presença majoritária de políticos, jornalistas, juristas e intelectuais de perfil conservador, somada à ausência completa de mulheres e à quase inexistência de historiadores acadêmicos, evidencia o caráter seletivo desse expediente metodológico adotado pela BP.

⁷¹ Luiz Philippe de Orléans e Bragança, prefácio para *Brasil: a última cruzada*, por Brasil Paralelo, 1ª ed. (São Paulo: LVM Editora, 2022), p.17.

atribuídas a historiadores e instituições republicanas a uma suposta “verdade histórica” trazida à tona pela BP. Para o “príncipe”, a obra surge como instrumento de combate ao “obscurecimento da história brasileira”, devendo ser usada contra “a mentira, a falácia, a tentativa de apagamento da sua própria história”.⁷²

Essa retórica se organiza em chave combativa, associando a disputa historiográfica a uma verdadeira cruzada contra inimigos internos e externos. Ao narrar que Portugal, ao abrigar os templários, foi impulsionado a “cruzar os mares e conquistar territórios e, por consequência, a achar o Brasil”, o autor afirma que não se tratava de um encontro trivial, mas da busca por uma “terra prometida, abençoada”.⁷³ O passado é, assim, convertido em campo de embate entre forças do bem e do mal, em linha com o que Castro Rocha denomina “retórica do ódio”: uma técnica discursiva que ensurdece contra perspectivas divergentes e exige adesão absoluta, inviabilizando o diálogo ou qualquer possibilidade de mediação entre posições diferentes.⁷⁴

Essa técnica discursiva encontra respaldo nos pressupostos teóricos que estruturam a narrativa histórica do livro. No prefácio, Orleans e Bragança descreve D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II como líderes legítimos que teriam protegido o Brasil de um “destino trágico” semelhante ao das repúblicas hispano-americanas. A Independência é apresentada como fruto exclusivo da ação de D. Pedro I, “que detinha o poder legítimo para ser o governante” e sem o qual “Portugal ia imediatamente reconquistar o Brasil”.⁷⁵ Essa construção confere à monarquia o papel de guardião da unidade e da soberania nacional, em contraste com a República, associada ao risco de fragmentação e violência.

Essa inversão discursiva não apenas ressignifica uma instituição historicamente associada à concentração de poder, mas também se alinha a uma retórica apologética que naturaliza hierarquias sociais e políticas, mobilizando-as como parte da suposta “ordem” monárquica. Como observa Maria Lígia Prado,⁷⁶ essa contraposição entre a estabilidade monárquica e o “caos republicano” constitui uma estratégia retórica recorrente desde o século XIX, quando as elites imperiais buscavam desqualificar as repúblicas vizinhas e legitimar a monarquia como única forma viável de governo no Brasil. Atualizada no discurso de Orleans e Bragança, essa retórica se apresenta como inovação ou como gesto contra-hegemônico, mas na realidade — como é comum em práticas negacionistas — reinscreve fórmulas tradicionais de legitimação do status quo sócio-político utilizando códigos contemporâneos de performance e linguagem.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Rocha, *Guerra cultural e retórica do ódio*, p. 45.

⁷⁵ Orleans e Bragança, prefácio para *Brasil: a última cruzada*, p. 18.

⁷⁶ Maria Lígia C. Prado, “Defesa do Ensino de História nas Escolas,” in *Novos Combates pela História*, orgs. Carla Bassanezi Pinsky e Jaime Pinsky (São Paulo: Editora Contexto, 2021), 65.

Esse tipo de estratégia narrativa simplificadora, marcada por dicotomias e maniqueísmos — característica central da retórica do ódio e da “guerra cultural”⁷⁷ que lhe é subjacente — reaparece de modo sistemático ao longo da obra. Um elemento decisivo, que já se anuncia na introdução e ganha proeminência no primeiro capítulo (*A cruz e a espada*), é a construção de um conceito idealizado de “civilização ocidental”, sustentado pelo tropos da guerra, através, sobretudo, daquilo que poderíamos chamar de uma concepção *cruzadista de história*. Citando Edward McNall Burns,⁷⁸ os autores afirmam:

uma cultura merece o nome de civilização quando [...] a escrita tem largo uso, [...] as artes e as ciências alcançaram certo grau de adiantamento e as instituições políticas, sociais e econômicas se desenvolveram. ⁷⁹

Tal formulação, tributária do historicismo romântico do século XIX, hierarquiza culturas segundo critérios eurocêntricos e naturaliza a noção de progresso histórico. Essa mesma lógica se repete na definição de cultura como patrimônio cumulativo, concebido como instrumento de sobrevivência:

*Todos os instrumentos de que ele vai dispor para lutar pela sua vida [...] ele recebe de um negócio chamado cultura. [...] Se [esse legado] não é passado para ele, [esse sujeito] não sabe[rá] onde está. Ele [está] perdido no espaço e no tempo.*⁸⁰

A história, nesse quadro, aparece como extensão da memória individual, destinada a assegurar pertencimento a uma herança civilizacional. Essa herança é apresentada como algo em permanente disputa, uma verdadeira luta pela sobrevivência das culturas — próxima à lógica do “choque de civilizações” formulada por Samuel Huntington⁸¹ — na qual determinados valores precisariam ser constantemente defendidos contra a ameaça do “outro”. Trata-se, em última instância, do que Rüsen⁸² denomina *modo*

⁷⁷ O termo “guerras culturais”, popularizado por James Davison Hunter em *Culture Wars* (1991), designa hoje uma estratégia da extrema direita transnacional que transforma a política em guerra simbólica. Baseia-se na construção de inimigos internos e na lógica binária “nós contra eles”, cujo objetivo não é o debate democrático, mas a manutenção da polarização, legitimando a desinformação como instrumento político.

⁷⁸ Edward McNall Burns (1897–1972) foi um historiador e cientista político norte-americano, professor da Rutgers University. Autor de diversos livros, tornou-se conhecido especialmente pela obra *History of Western Civilization* (1953), utilizada como referência inicial pela Brasil Paralelo para abordar o conceito de “civilização ocidental”.

⁷⁹ Burns, citado em Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 1ª ed. (São Paulo: LVM Editora, 2022), 28.

⁸⁰ Carvalho, citado em Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 1ª ed. (São Paulo: LVM Editora, 2022), 29-30.

⁸¹ Samuel P. Huntington, *O choque de civilizações* (Rio de Janeiro: Objetiva, 1997).

⁸² Jörn Rüsen, *Teoria da História*, 207.

tradicional de narrativa histórica: exaltação de continuidades, apagamento de rupturas e reforço de identidades etnocêntricas em consonância com a atemporalidade do óbvio.

Mas quem seriam os “outros” contra os quais se ergue essa concepção cumulativa de cultura e história? A resposta é dada por Olavo de Carvalho: “você faz a apologia do território, dos bichos e dos índios etc., etc., e os heróis desapareceram”.⁸³ Nesse quadro, indígenas são reduzidos a uma dimensão naturalizada — “território” ou “bichos” —, enquanto a agência histórica é reservada exclusivamente aos “grandes homens” conquistadores.

Essa visão sobre aqueles que representariam a antítese da cultura, da civilização e da própria noção de história é apresentada antes mesmo dos autores tratarem do caso brasileiro. Mas como esta é uma luta de longa duração — de “milhares de anos”, nas palavras dos autores —, certamente os “outros” da civilização podem ser situados em tempos mais longínquos. Não é à toa que os autores recuperam um topos clássico do pensamento eurocêntrico para representar essa visão sobre a barbárie incivilizada: o topos orientalista, analisado na obra seminal de Edward Said,⁸⁴ de modo a identificar nos muçulmanos a gênese desse “outro” a-histórico e incivilizado — contra o qual a civilização ocidental (e a própria história) teria resistido e se erguido.

Isso é crucial na concepção cruzadista de história da Brasil Paralelo — não por acaso o segundo tópico do primeiro capítulo se intitula “Introdução aos Muçulmanos” —, tratando da invasão dos mouros sobre a Península Ibérica em uma narrativa que assume ares de um quase desespero diante da possibilidade do “prenúncio do fim do Ocidente”,⁸⁵ que felizmente teria sido salvo pela civilização judaico-cristã — graças à luta de “heróis” como Carlos Martel e Dom Pelágio. Desnecessário dizer que essa luta do bem contra o mal — ou da civilização versus a barbárie — continuaria nos séculos seguintes, encontrando um evento síntese nas Cruzadas medievais:

Estava inaugurada a Era das Cruzadas! Agora, milhares de cristãos vindos de toda a parte da Europa marchavam rumo à Terra Santa a fim de retomar Jerusalém das mãos dos seguidores de Maomé. O que foram as Cruzadas? Para o filósofo Olavo de Carvalho, as Cruzadas 'foram uma resposta parcial e tardia à maior agressão que a Europa já havia sofrido'.⁸⁶

Central no imaginário dos autores, as Cruzadas figuram na obra como uma espécie de meta-evento — presente inclusive no título do livro —, que resume não apenas todo o sentido da história

⁸³ Carvalho, citado em Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 29.

⁸⁴ Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

⁸⁵ Brasil Paralelo, 34

⁸⁶ Ibid., p. 37.

(entendida, como visto, na chave de uma guerra perpétua entre culturas e civilizações), mas também um senso de urgência que liga passado e presente. Essa é uma marca da chave atualista na qual a temporalidade do livro se insere: a luta contra a barbárie é um *continuum* histórico, tanto do ontem quanto do hoje — um verdadeiro chamado à ação, no qual a própria historiografia profissional é vista como um inimigo a ser combatido no presente. Tal olhar fica ainda mais evidente na interpretação que os autores oferecem de eventos-chave da história do Brasil — tema do qual trataremos em nosso próximo tópico.

HARMONIA E CONTINUIDADE: O NEGACIONISMO CRUZADISTA DA COLONIZAÇÃO À ABOLIÇÃO

A narrativa de *Brasil: A Última Cruzada* sobre a América Portuguesa evidencia, de forma ainda mais nítida, o papel central do eurocentrismo e do ataque sistemático à historiografia profissional no tipo negacionista de história defendido pela BP. Ao abordar eventos-chave da trajetória brasileira — a colonização, o contato entre portugueses e indígenas, a escravidão e a abolição —, os autores reafirmam a mesma chave interpretativa que já orientava sua leitura da história europeia: a ênfase na continuidade, a recusa das rupturas e a defesa de uma suposta imparcialidade que se oporia à “parcialidade” dos historiadores profissionais.

Não por acaso, o segundo capítulo (*A Vila Rica*) dedicado, em sua parte inicial, à colonização da América Portuguesa abre-se, mais uma vez, com uma tentativa de teorização sobre o que seria a abordagem mais adequada desse “encontro” que teria marcado o início da história brasileira. Em vez de, como há décadas faz a historiografia acadêmica,⁸⁷ reconhecer o tempo como múltiplo, marcado por rupturas e descontinuidades, a BP sustenta a continuidade como princípio estruturante, apoiando-se, como de costume, nas declarações de seus “especialistas”. Para Thomas Giulliano, por exemplo, enfatizar as rupturas no passado constituiria um “vício moderno”, que levaria os historiadores a “entender a história sempre recortada”.⁸⁸ Já para Rafael Nogueira, os historiadores profissionais agiriam “como se todas as pessoas, do nada, mudassem”⁸⁹ apenas porque se estabeleceu um marco temporal.

Mas por que tanta insistência em denunciar o suposto “vício moderno” da historicização⁹⁰ na abordagem sobre o passado, como um todo, e do colonialismo europeu nas Américas, em específico? A

⁸⁷ É uma premissa básica da historiografia profissional que o tempo histórico — distinto do tempo natural ou cronológico — deve ser compreendido de maneira complexa, plural e não homogênea. Esse consenso foi consolidado ao longo de décadas por autores como Fernand Braudel, Reinhart Koselleck e François Hartog. Para uma introdução a esse e outros debates sobre tempos históricos ignorados pela BP, ver: Marlon Salomon (org.), *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Ricochete, 2018).

⁸⁸ Giulliano, citado em Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 52.

⁸⁹ Nogueira, citado em Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 52.

⁹⁰ É digno de nota lembrar que é justamente essa capacidade de historicização — o que Rüsen (2015, p. 209) denomina como constituição genética de sentido —, o que tem sido apontado há décadas como um dos objetivos mais importantes do ensino de história, tendo em vista que é justamente tal habilidade (ou competência narrativa) de temporalização das experiências com o passado o que tornaria os

resposta é clara: preparar o terreno para uma visão homogeneizadora de história, na qual a diversidade de experiências se dissolve em um quadro de continuidade ininterrupta. É nesse enquadramento que se insere a interpretação oferecida por Nogueira:

Não é possível compreendermos o empreendimento colonial português encaixando esse intento unicamente em uma ou em outra visão de mundo. [...] Afinal, as grandes navegações são uma característica que pode ser considerada parte da modernidade... Só que se elas vêm de um intento medieval, que era espalhar a fé, você tem, aí, no mínimo, duas visões de mundo convivendo. Portugal chega aqui em 1500 com essa missão dúbia: a missão de transmitir a fé cristã, e ao mesmo tempo, é claro, tornar rentável esse afazer.⁹¹

Assim, o colonialismo português deixa de ser compreendido como fruto de tensões, conflitos e contradições, para aparecer como a perfeita conciliação entre modernidade e tradição. Trata-se, portanto, de sustentar uma visão parcimoniosa da história — *sub specie aeterni* — que se apresenta como neutra, imparcial e acima de qualquer suspeita. Não surpreende, portanto, que os autores interpretem a experiência colonial como um “descobrimento de mão dupla” ou o início de uma história de convivência harmônica, nos trópicos, entre diferentes povos e visões de mundo:

Às vezes ouvimos dizer que o Brasil passou a existir no momento quando os portugueses, em abril de 1500, desembarcaram em nosso litoral. Mas essa é uma imprecisão retórica que leva a uma interpretação parcial daquilo que aconteceu aqui. O Brasil passou a existir ‘quando contatos afastados por milhares de anos se deram em abril, aqui, no nosso solo. Ali o Brasil nasceu. Os indígenas nunca mais seriam os mesmos. Os portugueses nunca mais seriam os mesmos’, insiste o professor Rafael Nogueira. Em outras palavras, existia povo e terra antes da chegada dos portugueses, e o encontro destes com o acréscimo de outras populações — a negra, por exemplo — teria criado um novo estado de coisas, um tipo de “descobrimento” de mão dupla.⁹²

Longe de constituir uma novidade, essa ênfase na origem do Brasil como fruto de um encontro harmonioso e sem conflitos resulta em uma óbvia omissão dos episódios de violência que marcaram a

estudantes capazes de reconhecer diferenças culturais como algo importante na constituição de suas próprias identidades (e da própria vida em uma sociedade democrática).

⁹¹ Brasil Paralelo, *Brasil: a última cruzada*, 52

⁹² Ibid., 52-53.

colonização.⁹³ Quando a violência é mencionada, ela não aparece vinculada ao extermínio sistemático da população nativa pelos colonizadores, mas, ao contrário, é atribuída aos próprios indígenas, enquadrados no estereótipo de “selvagens”: “Nem toda tribo presente na América do Sul era pacata ou simpática à presença estrangeira, como muitas vezes se pinta. Muitas das tribos nômades eram violentíssimas!”⁹⁴

Além de não reservarem espaço para qualquer reflexão sobre a matança de nativos empreendida pelos colonizadores, os autores chegam a retratar a própria violência sexual como um traço de suposta abertura cultural do português, transformada em evidência de sua capacidade de assimilação:

*Para Rafael Nogueira, ‘os ingleses que estavam na América nem cogitavam a possibilidade de se casar com índias. Nem as mulheres inglesas cogitavam a possibilidade de se casar com os nativos. Os portugueses não tinham essa restrição.’*⁹⁵

Essa leitura é reforçada por passagens que romantizam o casamento entre portugueses e indígenas, apresentando-os como modelos de integração e convivência. Nesse registro, a colonização deixa de ser compreendida como processo de violência e dominação e passa a ser narrada como resultado de uma colaboração espontânea, em que os nativos aparecem como sócios da empreitada colonial:

*O professor Rafael Nogueira ressalta que os nativos tinham o mapa do tesouro. Eles eram informados sobre a localização do pau-brasil no território. Mais do que isso, os indígenas sabiam de onde extrair aquela madeira, sabiam cortar e sabiam como transportá-la. Foi assim que, juntando a demanda com a oferta de conhecimento e de uma mão de obra algo especializada, que portugueses e indígenas se juntaram num projeto conjunto.*⁹⁶

Se os indígenas aparecem em *Brasil: A Última Cruzada* como parceiros dos portugueses na empreitada colonial, não menos significativa é a forma como os autores representam os africanos e o fenômeno da escravidão na América Portuguesa. Mais uma vez, o recurso principal é o da continuidade histórica: a escravidão, descrita como “mancha moral da história humana”, aparece diluída em um registro genérico sobre a “humanidade” em abstrato:

⁹³ Apresentada como novidade, a ideia de uma suposta harmonia que teria marcado a colonização é, na verdade, antiga. A BP retoma uma visão oitocentista da história do Brasil, revestindo-a de inovação. A alegada “imparcialidade” dos autores remete ao tropos de Carl von Martius (1794-1868), segundo o qual a história brasileira deveria ser narrada como o encontro e a convivência harmoniosa, nos trópicos, de três raças — indígena, europeia e negra. Uma leitura antiga, reciclada como nova.

⁹⁴ Ibid., 57.

⁹⁵ Ibid., 63.

⁹⁶ Ibid., 58.

*Embora a escravidão tenha sido uma aberração moral, bem como do ponto de vista ético foi um desastre total, o que não resta a menor dúvida, do ponto de vista histórico, infelizmente, nada mais foi do que a normalidade em curso por toda parte naquele mundo, durante grande parte da história dos povos.*⁹⁷

Recurso recorrente em estratégias de caráter negacionista,⁹⁸ o efeito dessa homogeneização é claro: ao tratar a escravidão como fenômeno universal e atemporal, perde-se de vista o papel da racialização na conformação do sistema escravista atlântico e, sobretudo, sua centralidade na colonização das Américas. Assim, argumenta-se que a escravidão no Brasil não se baseou na cor da pele, mas em critérios como derrota em guerra ou nascimento em cativeiro. A tese implícita é a de que, de forma independente do fenômeno do colonialismo, a associação entre cor da pele e escravidão teria surgido apenas no século XIX, com as teorias eugenistas. Sem qualquer traço que a distinga de práticas da antiguidade, a escravidão moderna aparece, portanto, como “uma questão de oportunidade”, já que, nas palavras dos autores, também existiriam negros senhores de escravos:

*A escravidão aconteceu, antes de tudo, por uma questão de oportunidade, tanto é o que a história registra, e todos sabemos da existência de negros que se tornavam, eles mesmos, senhores, e que tinham seus escravos negros do mesmo modo que os brancos e europeus. Isto é, ter um engenho, ou terras, é ter escravos. Faz parte do sistema econômico escravocrata.*⁹⁹

Aqui, o mesmo expediente discursivo observado no caso indígena se repete: a responsabilização pelo malfeito recai sobre os próprios africanos, descritos como protagonistas de práticas escravistas pré-coloniais. Os portugueses, por sua vez, são apresentados como agentes passivos que apenas se inseriram em um sistema previamente existente: “Lembrando que o continente africano possuía um sistema escravocrata interno, inclusive com um comércio intenso, do qual o português acabaria fazendo parte.”¹⁰⁰

Inverte-se, assim, a lógica histórica: o tráfico transatlântico, a expansão marítima e o colonialismo europeu deixam de ser motores da escravidão moderna, deslocando-se a gênese do processo para práticas intra-africanas e para o enriquecimento de reinos e populações islâmicas, numa evidente reprodução de um

⁹⁷ Ibid., 70.

⁹⁸ Para compreender como esse padrão de negacionismo da escravidão opera, ver o artigo de Erika Bastos Arantes, “‘Negando o racismo nas escolas’: o negacionismo histórico e os desafios para uma educação antirracista,” *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* 34, no. 2 (2021): 73-98. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v34n2.2021.63438>

⁹⁹ Brasil Paralelo, 70.

¹⁰⁰ Ibid., 71.

orientalismo que, mais uma vez mobilizado, mascara o papel central das potências europeias na gênese do sistema escravista vigente a partir da modernidade.

Neste ponto, já deve estar claro que a abordagem da BP não ultrapassa os modos tradicional e exemplar de narrativa histórica descritos por Rüsen (2015). É isso que lhes garante a liberdade de emitir posições sem recorrer a fontes primárias, sem dialogar com a historiografia profissional e, menos ainda, sem considerar a crítica da comunidade acadêmica — vista, como vimos, como inimiga a ser combatida. Essa postura é algo crucial na concepção cruzadista de história da produtora, na qual o passado se converte em um deserto de continuidades, interrompidas apenas pela necessidade de julgamentos morais seletivos: sumários quando dirigidos a negros e indígenas, brandos quando voltados a colonizadores europeus e elites brancas.

Essa lógica aparece de modo particularmente explícito no quinto capítulo (*O Último Reinado*), ao abordar a abolição. Tal como em outros trechos, a narrativa se sustenta na exaltação das elites políticas e imperiais, apresentadas como protagonistas heroicos, ao mesmo tempo em que define um bode expiatório: o movimento negro, acusado de tentar “apagar” a figura da princesa Isabel da história da abolição:

Segundo Rafael Nogueira, Dom Pedro tinha diversos motivos pelos quais queria ver a abolição acontecer, e a princesa teve uma oportunidade de tentar mostrar ao povo brasileiro que o Terceiro Reinado seria de caráter mais humanitário, e que ela tinha postura de rainha. Mas ela teria que enfrentar setores muito fortes do organismo social brasileiro, no caso de assinar uma lei na ausência do pai. Segundo o jornalista e escritor Aristóteles Drummond, quando disseram a ela que poderia estar assinando a abolição e o fim da monarquia, a princesa Isabel respondeu que pagaria qualquer preço para libertar aqueles homens. Não faz sentido, portanto, que o movimento negro queira apagar a figura da princesa da história da abolição, que pressionava politicamente a abolição.¹⁰¹

Nesse registro, a escravidão — “o grande calcanhar de Aquiles da história brasileira” — é representada como superada pela benevolência da monarquia, enquanto a luta e a agência dos escravizados desaparecem, substituídas por uma narrativa de conciliação e unidade: “As notícias sobre a assinatura da lei pela princesa Isabel logo invadiram os corredores do palácio e infestaram as ruas da capital imperial, cativando a todos”.¹⁰²

Essa aparente preocupação com a harmonia e a concórdia — de uma história do Brasil que, de fato, parece existir apenas em uma realidade paralela — atravessa o livro como um recurso retórico central. Seu objetivo é aliviar o tom, criar a impressão de neutralidade e, ao mesmo tempo, ocultar a intenção

¹⁰¹ Ibid., 181.

¹⁰² Ibid.

fundamental que sustenta a narrativa: o chamado à ação característico da concepção cruzadista de história que orienta a BP. Nesse sentido, a obra não se volta para a abertura ontológica ao “ser mais”, que deveria estar no cerne dos processos de aprendizagem e da construção do conhecimento científico;¹⁰³ ao contrário, converte o passado em fundamento de um chamado à ação no presente, marcado por um constante sentido de urgência, como evidencia sua conclusão:

*Não foi fácil, é verdade. Mas em algum lugar, a memória daqueles que nos trouxeram até aqui estará preservada. Onde quer que seja, lá estarão registradas as paixões, os méritos, os sacrifícios e todo o heroísmo da humanidade. Quanto a (sic) preservação desse lugar e dessa memória, cabe a nós. Não podemos deixar que destruam nem roubem cada pedra que foi usada para construir os degraus que elevam a nossa civilização.*¹⁰⁴

A mensagem é nítida: a versão da história apresentada pela BP é a única possível,¹⁰⁵ enquanto aqueles que a contestam — historiadores, professores e pesquisadores — devem ser vistos como inimigos em uma guerra cultural em defesa da “civilização”. A força desse discurso não reside apenas em sua retórica, mas em sua crescente inserção no espaço público e nas salas de aula, onde encontra eco em discursos e práticas políticas de caráter antidemocrático. Trata-se, portanto, de uma técnica narrativa que, ensinada e difundida sobretudo pelos algoritmos das redes digitais, contribui de modo ativo para a disputa de corações e mentes no presente. Enfrentar esse desafio, e refletir sobre os caminhos possíveis para lidar com esse tipo de negacionismo histórico em contextos educativos, é justamente a tarefa que propomos em nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores, buscamos demonstrar como o fenômeno mais amplo do negacionismo científico, que atualmente desafia o funcionamento das democracias em escala global, encontra um paradigma de compreensão em um fenômeno igualmente antigo e de forte enraizamento sociocultural: o negacionismo histórico. A consolidação do campo de estudos sobre esse fenômeno, tendo como marco referencial o negacionismo do Holocausto, possibilitou evidenciar continuidades e diferenças nas formas de manifestação do negacionismo em contextos distintos. No caso brasileiro, observamos que, por

¹⁰³ Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (São Paulo: Paz e Terra, 1996).

¹⁰⁴ Brasil Paralelo, 199.

¹⁰⁵ Sobre esse tema, ver, por exemplo, o livro de Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo de uma história única* (São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

características socioculturais, pela configuração da cultura histórica local e pelas peculiaridades da formação de nossa historiografia, o negacionismo histórico esteve intimamente associado à negação dos “outros” marginalizados pelas elites herdeiras do legado colonial desde o século XIX. Não surpreende, portanto, que o estudo de caso do livro *Brasil: a última cruzada* tenha revelado o uso estratégico desse imaginário negacionista, que reitera e atualiza a tradição brasileira de excluir e silenciar populações negras e indígenas — sujeitos fundamentais, mas sistematicamente marginalizados, na formação sociocultural do país.

Diante desse cenário desafiador, chegamos a estas considerações finais com o objetivo de oferecer algumas respostas às inúmeras questões que surgem após o percurso de nossa análise, diante da gravidade e da extensão do problema: afinal, como lidar com um fenômeno que, além de tão difundido, possui raízes tão profundas na cultura histórica brasileira?

Longe de existir uma solução única, as respostas a esse desafio não se configuram como panaceias, devendo ser pensadas caso a caso pelos professores, em função de suas realidades específicas. De todo modo, há alguns elementos de caráter geral que, apesar de frequentemente subestimados por muitos docentes, merecem ser considerados. Entre eles, destaca-se a insistência em não abordar o tema, seja por subestimar seu perigo, seja por acreditar que a simples apresentação formal dos conteúdos afastará, por si só, os discentes do contato com o negacionismo histórico. Torna-se, portanto, essencial que os educadores, em primeiro lugar, compreendam a lógica dos algoritmos e o modo como eles favorecem a difusão de conteúdos extremistas em ambientes digitais¹⁰⁶ e, em segundo lugar, como lembra Icles Rodrigues, saibam “chegar primeiro”.¹⁰⁷ Isso significa realizar uma curadoria criteriosa do material disponível, reconhecendo as potencialidades e limitações das redes para o aprendizado e orientando os estudantes a utilizá-las de maneira crítica e produtiva na construção do conhecimento histórico.

Na esteira de uma postura semelhante, uma segunda estratégia envolve levar a sério e nunca subestimar o potencial dos alunos de compreender — e incorporar, no âmbito de uma curiosidade epistemológica e em oposição à superficialidade negacionista — a dinâmica e os procedimentos da pesquisa científica. No caso do ensino de história, isso se traduz na apresentação do passo a passo da pesquisa acadêmica, que, em contraste com as narrativas negacionistas observadas no estudo de caso da BP, possui metodologia clara, uso sistemático de fontes primárias, revisão bibliográfica criteriosa e avaliação por pares. Tornar os estudantes não apenas conscientes, mas também capazes de adotar uma postura crítica diante desse processo é fundamental, permitindo-lhes distinguir qualitativamente o trabalho de pesquisa histórica

¹⁰⁶ Uma boa introdução a este e a outros temas pode ser encontrada em linguagem bastante acessível na obra de Jonathan Haidt, *A Geração Ansiosa: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*, trad. Lígia Azevedo (São Paulo: Companhia das Letras, 2024).

¹⁰⁷ Icles Rodrigues, “Usos pedagógicos para YouTube e podcasts,” in *Novos combates pela História: desafios, ensino*, orgs. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (São Paulo: Contexto, 2021), 187.

das narrativas negacionistas. Como ressalta Carlos Fico,¹⁰⁸ as aulas de história podem contribuir para deixar claro que, em trabalhos acadêmicos sérios deve haver transparência quanto ao método e às etapas da pesquisa, de modo que outros pesquisadores possam reproduzir o percurso realizado e verificar a consistência das informações — aspecto que, como vimos, é deliberadamente omitido pelos negacionistas.

Por fim, mas não menos importante, criar condições para que os discentes sejam capazes de estabelecer esse contraste crítico entre a historiografia e o discurso negacionista pode favorecer o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas fundamentais para o questionamento de práticas que, como os próprios alunos perceberão, estão longe de se restringir a um nicho específico — fazem parte, na verdade, de uma cultura histórica amplamente difundida, sobretudo, entre os representantes das elites brasileiras. Afinal, por que esse interesse anti-intelectual em omitir métodos e restringir bibliografias? Quais perspectivas e sujeitos históricos são enaltecidos — e quais são silenciados — no discurso negacionista, como se observa no caso da BP? Por que a insistência na centralidade europeia e a rejeição sistemática de sujeitos racializados? A quais interesses políticos e sociais serve essa negação do passado brasileiro? E, sobretudo, por que, apesar de todas essas limitações, esse tipo de conteúdo encontra tanta difusão nas redes digitais?

Assim, mais do que uma crítica pontual, trata-se de sustentar uma postura não evasiva e de enfrentar o tema de modo sistemático, o que pode ser de grande valia não apenas para superar o apassivamento dos discentes diante do turbilhão de informações em tempos de *clickbait*s e da economia da atenção, mas também para estimulá-los a uma reflexão urgente sobre o tipo de autonomia intelectual indispensável à preservação de uma sociedade pluralista e democrática — como deveria ser, em sua essência, a sociedade multicultural brasileira.

SOBRE OS AUTORES:

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha
Instituto Federal do Espírito Santo
marceloduraocunha@gmail.com

Ketlen de Moura Silva Freitas
Instituto Federal do Espírito Santo
20241lcn@gmail.com

Artigo recebido em 27 de setembro de 2025
Aceito para publicação em 08 de dezembro de 2025

¹⁰⁸ Carlos Fico, “Quem escreve a História: a qualificação do historiador,” in *Novos combates pela História: desafios, ensino*, orgs. Jaime Pinsky e Carla Pinsky (São Paulo: Contexto, 2021), 25-50.



Todo conteúdo desta revista está licenciado em Creative Commons CC By 4.0.